



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE JACAREACANGA
PODER EXECUTIVO

CNPJ/MF sob o nº 10.221.745/0001-34



CONTRATO DE COMPRA Nº 320/2022, QUE FAZEM ENTRE SI PREFEITURA MUNICIPAL DE JACAREACANGA E A EMPRESA LOCSERV SERVIÇOS DE LOCAÇÃO EIRELI.

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE JACAREACANGA**, com sede na Av. Brigadeiro Haroldo Coimbra Veloso, nº 34, Bairro Centro, CEP: 68.195-000, Jacareacanga-PA, inscrita no CNPJ sob o nº. 10.221.745/0001-34, neste ato representada pelo Sr. **SEBASTIÃO AURIVALDO PEREIRA SILVA**, brasileiro, empossado mediante ato da Câmara Municipal de Vereadores em 01 de janeiro de 2021, portador do documento de identidade RG nº 3289582, PC/PA e inscrito no CPF/MF sob o nº 609.117.352-91, residente e domiciliado à Av. Brigadeiro Haroldo Coimbra veloso Nº76 Bairro Centro, CEP: 68.195-000, Cidade de Jacareacanga, Estado do Pará, doravante denominada CONTRATANTE, e a Empresa **LOCSERV SERVIÇOS DE LOCAÇÃO EIRELI**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 24.059.796/0001-16, sediada na Rua Riomar Tapajós Virgulino Lages, nº 1030, Bela Vista, CEP: 68.180-430, em Itaituba/PA, doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. **JOSUÉ DOS SANTOS SOUSA**, portador(a) da Carteira de Identidade nº 5593387, expedida pela (o) PCII - PA, e CPF nº 872.185.932-91, tendo em vista o que consta no Processo nº 543/2022 e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Presencial nº 011/2022/PMJ/SRP/PP, por Sistema de Registro de Preços nº 0413001/2022, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO.

1.1. O objeto do presente Termo de Contrato é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL - EPI'S DIVERSOS, PARA ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL E DEMAIS SECRETARIAS.**

1.2. conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.3. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.4. Discriminação do objeto:

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UND	QTD	VAL UNIT	VAL TOTAL
1	AVENTAL DE RASPA COM MANGA TIPO BARBEIRO (SOLDADOR)	ZANEL	UNIDADE	12	R\$ 180,00	R\$ 2.160,00
2	AVENTAL DE RASPA DE COURO - APROVADO PARA: PROTEGER O TRONCO CONTRA AGENTES CORTANTE E AGENTES	PROTEC	UNIDADE	100	R\$ 137,00	R\$ 13.700,00



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE JACAREACANGA
PODER EXECUTIVO

CNPJ/MF sob o nº 10.221.745/0001-34



	ESCORIANTE; ESPECIFICAÇÃO MÍNIMA DO EQUIPAMENTO: AVENTAL D SEGURA					
3	AVENTAL DE SEGURANÇA IMPERMEÁVEL DE PVC COM DUPLA FACE	BRASCAMP	UNIDADE	64	R\$ 48,50	R\$ 3.104,00
4	BALAÇAVA - APROVADO PARA: PROTEÇÃO DO ROSTO CONTRA POEIRAS ESPECIFICAÇÃO MÍNIMA EQUIPAMENTO: BALAÇAVAS PRODUZIDAS EM TECIDOS DE ALGODÃO COM ELASTINO, QUE PER	MARLUVAS	UNIDADE	180	R\$ 98,00	R\$ 17.640,00
6	BOTA DE PVC (PAR)- APROVADO PARA: PROTEÇÃO DOS PÉS DO USUÁRIO CONTRA: UMIDADE EM GERAL, RESPINGOS DE ÁGUAS SERVIDAS NAS ATIVIDADES DE SANEAMENTO OU COM RISCOS D	MARLUVAS	UNIDADE	95	R\$ 92,50	R\$ 8.787,50
7	BOTA DE PVC CANO LONGO COR BRANCA OU PRETA (PAR)	MARLUVAS	UNIDADE	5	R\$ 105,00	R\$ 525,00
8	BOTINA DE COURO COM BICO DE PVC (PAR)	MARLUVAS	UNIDADE	160	R\$ 109,50	R\$ 17.520,00
9	BOTINA DE COURO NOBUCK MARROM COM BICO DE PVC (PAR)	MARLUVAS	UNIDADE	275	R\$ 226,00	R\$ 62.150,00
10	BOTINA DE COURO RESISTENTE A ALTA TEMPERATURA (PAR)	MARLUVAS	UNIDADE	45	R\$ 148,50	R\$ 6.682,50
11	BOTINA DE SEGURANÇA BOTA EM NANOX PRETA ELITE 100% IMPERMEÁVEL (PAR)	MARLUVAS	UNIDADE	40	R\$ 527,00	R\$ 21.080,00
12	BOTINA DE SEGURANÇA CABEDAL (PAR): NANOX EXTRA DRY B3-PESO	MARLUVAS	UNIDADE	60	R\$ 563,00	R\$ 33.780,00



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE JACAREACANGA
PODER EXECUTIVO

CNPJ/MF sob o nº 10.221.745/0001-34



	MEDIO (REFERENCIA: PE N 40): 520G					
13	BOTINA DE SEGURANCA COM BIQUEIRA DE POLIPROPILENO (PAR)	MARLUVAS	UNIDADE	47	R\$ 137,00	R\$ 6.439,00
14	CALCA DE ELETRICISTA CLASSE 01 ANTE CHAMA	PROFORCE	UNIDADE	2	R\$ 189,00	R\$ 378,00
15	CALCA DE ELETRICISTA CLASSE 02 ANTE CHAMA	PROFORCE	UNIDADE	2	R\$ 205,00	R\$ 410,00
16	CAMISA DE ELETRICISTA - CLASSE 02 ANTI CHAMA	PROFORCE	UNIDADE	2	R\$ 238,00	R\$ 476,00
17	CAMISA DE ELETRICISTA - MANGA LONGA CLASSE 01 ANTI CHAMA	PROFORCE	UNIDADE	2	R\$ 219,00	R\$ 438,00
18	CAPA DE CHUVA AMARELA COM FAIXAS REFLETIVAS -	PLASTCOR	UNIDADE	4	R\$ 64,00	R\$ 256,00
19	CAPA PARA CHUVA EM PVC	PLASTCOR	UNIDADE	174	R\$ 36,50	R\$ 6.351,00
20	CAPACETE ABA FRONTAL COM JUGULAR CLASSE B V-GARD	3M	UNIDADE	42	R\$ 85,00	R\$ 3.570,00
21	CAPACETE DE SEGURANCA - CASCO INJETADO EM ABS TRATAMENTO UV FITAS ANTIALERGICAS JUGULAR DE TRES PONTOS COM AJUSTES LATERAIS CATRACA DE AJUSTE RAPIDO TESTEIRA A	3M	UNIDADE	180	R\$ 132,00	R\$ 23.760,00
22	CAPUZ ARABE BRIM	PLASRCOR	UNIDADE	114	R\$ 31,50	R\$ 3.591,00
23	CAPUZ NINJA	PLASRCOR	UNIDADE	15	R\$ 106,50	R\$ 1.597,50
24	CARNEIRA PUSH KEI PARA CAPACETE V-GARD MSA COM JUGULAR	V-GARD	UNIDADE	24	R\$ 68,50	R\$ 1.644,00
25	CARTUCHO PARA RESPIRADOR 75SCL (PAR)	HONEYWELL	UNIDADE	60	R\$ 73,50	R\$ 4.410,00
26	CHAPEU AUSTRALIANO COM PROTECAO DA NUCA	PINOTTY	UNIDADE	36	R\$ 44,50	R\$ 1.602,00



REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE JACAREACANGA
PODER EXECUTIVO

CNPJ/MF sob o nº 10.221.745/0001-34



27	CINTO MILITAR	ALMEIDA	UNIDADE	180	R\$ 258,00	R\$ 46.440,00
28	COLETE REFLETIVO - 100% MALHA SOLIDA DE POLIESTER 120 GSM DE TRICOT CONFORME AS NORMAS ANSI/ISEA 107-2010 E EN471; - FECHAMENTO EM ZIPER, - 2 FAIXAS REFLETIVAS	SAFE PARK SINALIZACAO	UNIDADE	60	R\$ 55,00	R\$ 3.300,00
30	CONE DE SINALIZACAO COM FAIXA REFLETIVA	PLASTCOR	UNIDADE	164	R\$ 146,00	R\$ 23.944,00
31	ESCADA DE 02 LANCHE 11 METROS	WBERTOLO	UNIDADE	1	R\$ 2.870,00	R\$ 2.870,00
36	LANTERNA DE CABECA - PIXA 3 LANTERNA DE CABECA PETZL ANTIEXPLOSIVA 100 LM	PETZIL	UNIDADE	190	R\$ 1.330,00	R\$ 252.700,00
37	LANTERNA DE MAO RECARREGAVEL	NAUTIKA	UNIDADE	292	R\$ 192,00	R\$ 56.064,00
38	LUVA DE BORRACHA PARA ELETRICISTA 10 CLASSE 0 TENSÃO MAXIMA 5000V (PAR)	ZANEL	UNIDADE	3	R\$ 1.390,00	R\$ 4.170,00
39	LUVA DE BORRACHA PARA ELETRICISTA 10 CLASSE 1 - TENSÃO MAXIMA 10000V(PAR)	ZANEL	UNIDADE	3	R\$ 960,00	R\$ 2.880,00
40	LUVA DE BORRACHA PARA ELETRICISTA 10 CLASSE 2 - TENSÃO MAXIMA 17000V (PAR)	ZANEL	UNIDADE	3	R\$ 1.570,00	R\$ 4.710,00
41	LUVA DE COBERTURA PARA ELETRICISTA (PAR)	ZANEL	UNIDADE	4	R\$ 59,00	R\$ 236,00
42	LUVA DE LATEX	ZANEL	UNIDADE	42	R\$ 41,00	R\$ 1.722,00
43	LUVA DE RASPA CANO LONGO PUNHO 15CM (PAR)	ZANEL	UNIDADE	6	R\$ 48,50	R\$ 291,00
44	LUVA DE RASPA COM REFORCO - PUNHO LONGO (PAR)	ZANEL	UNIDADE	70	R\$ 59,50	R\$ 4.165,00
45	LUVA DE RASPA MODELO PETROLEIRA CANO CURTO (PAR)	ZANEL	UNIDADE	6	R\$ 22,00	R\$ 132,00



REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE JACAREACANGA
PODER EXECUTIVO

CNPJ/MF sob o nº 10.221.745/0001-34



46	LUVA DE SEGUNRACA DE MALHA TRICOTADA COM PIGMENTACAO PALMAR EM PVC LUVA DE SEGURANCA DE MALHA TRICOTADA COM PIGMENTACAO EM PVC (PAR)	ZANEL	UNIDADE	130	R\$ 33,00	R\$ 4.290,00
47	LUVA DE SEGURANCA DE PVC CANO LONGO (PAR)	ZANEL	UNIDADE	72	R\$ 59,00	R\$ 4.248,00
48	LUVA DE SEGURANCA NITRILICA PARA COLETA DE RESIDUOS - APROVADO PARA: PROTESAO DAS MAOS CONTRA	ZANEL	UNIDADE	180	R\$ 47,00	R\$ 8.460,00
49	LUVA DE SEGURANCA TRICOTADA E FIBRA VIDRO - POLIESTER E LAICRA, BANHO NITRILICO SOLIDO COM SOBREPOSICAO DE NITRILICO ESPUMOSO NA PALMA, FACE PALMAR E PONTA DOS	ZANEL	UNIDADE	1150	R\$ 49,00	R\$ 56.350,00
50	LUVA DE SEGURANCA TRICOTADA EM NAILON, PALMA. FACE PALMAR DOS DEDOS E EXTREMIDADE DOS DEDOS COM REVESTIMENTO EM POLIURETANO, PALMA ENTIDERRAPANTE, PUNHO TRICOTA	ZANEL	UNIDADE	1550	R\$ 41,50	R\$ 64.325,00
51	LUVA DE VAQUETA - COM PUNHO DE RASPA E IDEAL PARA OS USUARIOS QUE NECESSITAM DE UMA PROTECAO REFORCADA CONTRA CORTES E AGENTES ABRASIVOS; ELA TEM A PROTECAO DAS	ZANEL	UNIDADE	360	R\$ 51,00	R\$ 18.360,00



REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE JACAREACANGA
PODER EXECUTIVO

CNPJ/MF sob o nº 10.221.745/0001-34



52	LUVA PARA PROTECAO CONTRA AGENTES QUJIMICOS	ZANEL	UNIDADE	279	R\$ 27,00	R\$ 7.533,00
53	LUVA PIGMERNTADA DE ALGODAO	ZANEL	UNIDADE	600	R\$ 19,00	R\$ 11.400,00
54	LUVA TIPO VAQUETA (PAR)	ZANEL	UNIDADE	30	R\$ 33,00	R\$ 990,00
55	MACACAO CAVE BRIM 200GR/02, 100% ALGODAO; REFORCO BOLSOS COM ZIPER; NOME DO INTEGRANTE REMOVIVEL NA FRENTE; SEM FAIXAS REFLETIVAS COR VERMELHO	H.BIM UNIFORMES	UNIDADE	1200	R\$ 254,00	R\$ 304.800,00
56	MACACAO DE SEGURANCA	H.BIM UNIFORMES	UNIDADE	99	R\$ 250,00	R\$ 24.750,00
58	MACACAO TYVEK COM CAPUZ TAMANHOS DIVERSOS	PLASTCOR	UNIDADE	149	R\$ 100,00	R\$ 14.900,00
59	MANGOTE DE RASPA COM FIVELAS OU COM VELCRO	ZANEL	UNIDADE	12	R\$ 47,00	R\$ 564,00
60	MASCARA E ESCUDO SOLDA	CARBOGRAFI TE	UNIDADE	6	R\$ 71,00	R\$ 426,00
61	MOCHILA - FEITA DE LONA DE NAYLON E NAYLON RESINADO; ESPACP INTERNO TOTAL DE 38 LITROS; ALCAS REGULA VEISCOM TECIDO TELADO PARA MELHORAR A VENTILACAO; COSTAS ACO	CARBOGRAFI TE	UNIDADE	200	R\$ 425,00	R\$ 85.000,00
62	OCULOS CONTRA IMPACTO DE SOBREPOR	VICSA	UNIDADE	73	R\$ 24,00	R\$ 1.752,00
63	OCULOS CONTRA IMPACTO LENTE INCOLOR	VICSA	UNIDADE	103	R\$ 18,00	R\$ 1.854,00
64	OCULOS DE PROTECAO CONTRA IMPACTO E UV	VICSA	UNIDADE	43	R\$ 24,00	R\$ 1.032,00



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE JACAREACANGA
PODER EXECUTIVO

CNPJ/MF sob o nº 10.221.745/0001-34



65	OCULOS DE SEGURANCA - INCOLOR CONSTITUIDOS DE ARMACAO E VISOR CONFECIONADOS EM UMA PECAS DE POLICARBONATO DISPONIVEL NAS CORES INCOLOR, AMARELO, CINZA, VERDE	VICSA	UNIDADE	533	R\$ 20,30	R\$ 10.819,90
66	OCULOS DE SEGURANCA CONTRA IMPACTOS AMPLA VISAO	VICSA	UNIDADE	223	R\$ 38,00	R\$ 8.474,00
67	OCULOS ESCURO	VICSA	UNIDADE	150	R\$ 40,00	R\$ 6.000,00
69	PERNEIRA DE SEGURANCA (PAR)- APROVADO PARA: PROTECAO DAS PERNAS DO USUARIO CONTRA AGENTES ABRASIVOS, ESCORIANTES E TERMICOS PROVENIENTES DE OPERAS DE SOLDAGEM	ZANEL	UNIDADE	180	R\$ 143,00	R\$ 25.740,00
70	PERNEIRA DE SEGURANCA (PAR): CONFECCIONADA EM MATERIAL SINTETICO, TRES TALAS DE PROTECAO FRONTAL E DUAS TALAS LATERAIS, PROTECAO NO JOELHO INTEGRADA E PROTECAO	ZANEL	UNIDADE	370	R\$ 130,00	R\$ 48.100,00
71	PONCHO - OFERECE PROTECAO TOTAL PARA O USUARIO E SEU EQUIPAMENTO E EXPANSIVEL; ALEM DE PROTEGERO USUARIO, PERMITE TAMBEM COBRIR UMA MOCHILA DE ATE 75L; PRODUZID	ZANEL	UNIDADE	172	R\$ 211,00	R\$ 36.292,00



REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE JACAREACANGA
PODER EXECUTIVO

CNPJ/MF sob o nº 10.221.745/0001-34



72	PROTETOR AUDITIVO - DO TIPO INSERCAO PRE-MOLDADO, DE SILICONE NA COR LARANJA, COM CORDAO DE TAMANHO UNICO. CORDAO NAS CORES LARANJA , AMARELA, AZUL, VERDE, VERME	SAFE PARK SINALIZACAO	UNIDADE	120	R\$ 11,00	R\$ 1.320,00
73	PROTETOR AUDITIVO - TIPO CONCHA, COM PARTE EXTERNA EM ABS, HASTE DE SUSTENTACAO EM ACO INOXIDAVEL, PREENCHIDO COM ESPUMAS E ALMOFADAS DESMONTAVEIS	SAFE PARK SINALIZACAO	UNIDADE	102	R\$ 82,00	R\$ 8.364,00
74	PROTETOR AURICULAR DE SILICONE TIPO PLUG	SAFE PARK SINALIZACAO	UNIDADE	300	R\$ 6,50	R\$ 1.950,00
75	PROTETOR FACIAL - COMPOSTO DE COROA DE MATERIAL PLASTICO RIGIDO PRETO QUE COBRE A PARTE FRONTAL DO CRANIO DO USUARIO E SE ESTENDE ATE A PARTE LATERAL DA CABECA,	3M	UNIDADE	43	R\$ 49,00	R\$ 2.107,00
76	PROTETOR FACIAL COM SUSPENSAO SIMPLES INCOLOR 250MM 10	3M	UNIDADE	13	R\$ 54,50	R\$ 708,50
77	PROTETOR SOLAR FPS 30 UVA	SUNDOWN	UNIDADE	15	R\$ 25,00	R\$ 375,00
78	PROTETOR SOLAR FPS 60	SUNDOWN	UNIDADE	3935	R\$ 35,00	R\$ 137.725,00
79	PROTETOR SOLAR PARA ROSTO - PREVINA CONTRA OS RAIOS SOLARES; ENVELHECIMENTO DO ROSTO COM O PROTETOR FACIAL COM TOQUE SECO.	SUNDOWN	UNIDADE	3835	R\$ 29,00	R\$ 111.215,00



REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE JACAREACANGA
PODER EXECUTIVO

CNPJ/MF sob o nº 10.221.745/0001-34



	CONTROLA OLEOSIDADE DA PELE E REDUZ O					
81	REPELENTE CONTRA INSETOS 10H	SUNDOWN	UNIDADE	230	R\$ 37,00	R\$ 8.510,00
82	RESPIRADOR COM 2 FILTROS INCLUSOS MULTIGASES 75SCL	ALLTEC	UNIDADE	15	R\$ 128,00	R\$ 1.920,00
83	RESPIRADOR FACIAL PFF2	ALLTEC	UNIDADE	36	R\$ 12,00	R\$ 432,00
84	RESPIRADOR PURIFICADOR DE AR TIPO SEMIFACIAL FILTRANTE PARA PARTICULAR PFF1 COM VALVULA DE EXALACAO DESCARTAVEL	ALLTEC	UNIDADE	156	R\$ 75,00	R\$ 11.700,00
85	RESPIRADOR PURIFICADOR DE AR. TIPO PECA SEMIFACIAL FILTRANTE PARA PARTICULAS, CLASSE PFF-3 (S), COM FORMATO TIPO DOBRAVEL,	ALLTEC	UNIDADE	476	R\$ 64,00	R\$ 30.464,00
86	VESTIMENTA DE SEGURANCA TIPO BONDE TOUCA ARABE	ARVOREDO	UNIDADE	179	R\$ 32,50	R\$ 5.817,50
87	VESTIMENTA DE SEGURANCA TIPO JARDINEIRA	ARVOREDO	UNIDADE	168	R\$ 214,00	R\$ 35.952,00
88	VISOR POLICARBONATO INCOLOR 250MM 10	3M	UNIDADE	18	R\$ 34,00	R\$ 612,00
VALOR TOTAL						R\$1.751.307,40

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA.

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Termo de Referência, com início na data de 03/05/2022 e encerramento em 31/05/2022, prorrogável na forma do art. 57, §1º, da Lei nº 8.666, de 1993.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO.

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de **R\$ 1.751.307,40** (Um milhão, setecentos e cinquenta e um mil, trezentos e sete reais e quarenta centavos).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE JACAREACANGA
PODER EXECUTIVO

CNPJ/MF sob o nº 10.221.745/0001-34



incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da CONTRATANTE, para o exercício de 2022, na classificação abaixo:

Órgão: 12 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças
Unidade Orçamentaria: 1201 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças
Projeto Atividade: 04 122 0037 2.008 - Manutenção das Ações da Secretaria Municipal de Administração e Finanças
Elemento de Despesa: 33.90.30.00 Material de Consumo
Fonte de Recurso: 15000000

Órgão: 14 Sec. Municipal de Agricultura e Mineração
Unidade Orçamentaria: 1401 Sec. Municipal de Agricultura e Mineração
Projeto Atividade: 04.122.1011.2.013 Manutenção das Atividades da Secretaria Mun de Agricultura e Mineração
Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo
Fonte de Recurso: 15000000

Órgão: 15 Sec .Mun. de Urbaniz. Transp e Limp Urbana
Unidade Orçamentaria: 1501 Sec .Mun. de Urbaniz. Transp e Limp Urbana
Projeto Atividade: 26.451.0021.2.025 Manutenção das Ações da Sec. Mun. De Urb., Transp. e Limpeza Urbana
Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo
Fonte de Recurso: 15000000

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO.

5.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

RAZÃO SOCIAL: LOCSERV SERVIÇOS DE LOCAÇÃO EIRELI.

CNPJ: 24.059.796/0001-16

INSTITUIÇÃO BANCÁRIA: BANPARÁ

AGÊNCIA: 0038

CONTA CORRENTE: 415010-4

5.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

5.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

5.3.1. Constatando-se, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE JACAREACANGA
PODER EXECUTIVO

CNPJ/MF sob o nº 10.221.745/0001-34



5.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

5.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

5.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada de forma on-line consulta aos sítios eletrônicos oficiais para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

5.7. Constatando-se a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

5.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta on-line mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

5.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

5.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação de habilitação.

5.10.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

5.11. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

5.11.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE JACAREACANGA
PODER EXECUTIVO

CNPJ/MF sob o nº 10.221.745/0001-34



I = Índice de compensação financeira, assim apurada:

$$I = \frac{TX/100}{365}$$

$$I = \frac{6/100}{365}$$

$$I = 0,00016438$$

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE.

6.1. Os preços são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

6.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice INPC exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

6.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

6.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

6.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

6.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO.

7.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

8. CLÁUSULA OITAVA - ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO.

8.1. Os objetos serão entregues diariamente, **não ultrapassar 05 (cinco) dias úteis**, após o recebimento da requisição de compra emitida pelo departamento de compras da Prefeitura Municipal de Jacareacanga/PA, no próprio município em local apropriado para entrega, indicado através de requisições conforme quantidades.

8.2. Os objetos devem estar de acordo com as normas de segurança e regulamentos técnicos específicos. Não serão aceitos produtos, sem marca.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE JACAREACANGA
PODER EXECUTIVO

CNPJ/MF sob o nº 10.221.745/0001-34



8.3. Os objetos deverão conter a marca de cada item oferecido.

9. CLAÚSULA NONA – FISCALIZAÇÃO.

9.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante **Sr. Ideglan dos Santos Silva**, designado pela CONTRATANTE, na forma estabelecida **na portaria de fiscal de contrato de nº271A/2021** anexo a este contrato, para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

9.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA.

10.1. São obrigações da Contratante:

10.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

10.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

10.1.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

10.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

10.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

10.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10.3. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

10.3.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, procedência e prazo de validade;

10.3.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

10.3.3. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

10.3.4. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE JACAREACANGA
PODER EXECUTIVO

CNPJ/MF sob o nº 10.221.745/0001-34



10.3.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.4. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

11.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

- 11.1.1.** Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 11.1.2.** Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 11.1.3.** Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- 11.1.4.** Comportar-se de modo inidôneo;
- 11.1.5.** Cometer fraude fiscal;

11.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

- 11.2.1. Advertência**, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
- 11.2.2.** O atraso injustificado ou retardamento na prestação de serviços objeto deste certame sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o art. Nº 86, da Lei Nº 8666/93;
- 11.2.3.** Multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- 11.2.4.** Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- 11.2.5.** Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 11.2.6.** Impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da Prefeitura Municipal de Jacareacanga/PA, pelo prazo de até cinco anos;
 - 11.2.6.1.** A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 13.1 deste Termo de Referência.
- 11.2.7.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

11.3. As sanções previstas nos subitens 13.2.1, 13.2.5, 13.2.6 e 13.2.7 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

11.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

- 11.4.1.** Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 11.4.2.** Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 11.4.3.** Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE JACAREACANGA
PODER EXECUTIVO

CNPJ/MF sob o nº 10.221.745/0001-34



11.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

11.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

11.6.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de **15 (QUINZE) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.7. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

11.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

11.9. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

11.10. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

11.11. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

11.12. As penalidades serão obrigatoriamente publicadas nos órgãos Oficiais de Imprensa do Município.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – RESCISÃO.

12.1. O PRESENTE TERMO DE CONTRATO PODERÁ SER RESCINDIDO:

12.1.1. Por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

12.1.2. Amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

12.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

12.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.4. O TERMO DE RESCISÃO SERÁ PRECEDIDO DE RELATÓRIO INDICATIVO DOS SEGUINTE ASPECTOS, CONFORME O CASO:

12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE JACAREACANGA
PODER EXECUTIVO

CNPJ/MF sob o nº 10.221.745/0001-34



12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3. Indenizações e multas.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – VEDAÇÕES.

13.1. É VEDADO À CONTRATADA:

13.1.1. Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

13.1.2. Interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES.

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS.

15.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO.

16.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO.

17.1. É eleito o Foro da Comarca de Jacareacanga/PA para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Jacareacanga/PA, 03 de Maio de 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACAREACANGA
SEBASTIÃO AURIVALDO PEREIRA SILVA
Prefeito Municipal
Responsável legal da CONTRATANTE



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE JACAREACANGA
PODER EXECUTIVO

CNPJ/MF sob o nº 10.221.745/0001-34



LOCSERV SERVIÇOS DE LOCAÇÃO EIRELI

CNPJ/MF sob o nº 24.059.796/0001-16

JOSUÉ DOS SANTOS SOUSA

Representante legal da CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1 – Nome: _____

CPF: ____/____/____/____

RG: _____

2 – Nome: _____

CPF: ____/____/____/____

RG: _____